

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.178.058 - RS (2017/0243081-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : **LUIS CARLOS AUGUSTI**  
**ADVOGADOS** : **FÁBIO DAVI BORTOLI - RS066539**  
                  **ALEXANDRE LUIS JUDACHESKI - RS066424**  
**AGRAVADO** : **OI S.A**  
**ADVOGADOS** : **TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER - RS063931**  
                  **DIEGO SOUZA GALVAO - RS065378**  
                  **CARINA BELLOMO DA SILVA - RS080393**  
                  **ISAC DA ROSA ALVES - RS098331**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo, interposto por LUIS CARLOS AUGUSTI, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA DE COMPANHIA TELEFÔNICA. DECISÃO DO JUÍZO FALIMENTAR. CABIMENTO DO RECURSO.

A decisão que determina a suspensão do processo é insuscetível de agravo de instrumento, agora previsto em legislação que estabelece hipóteses restritas ao recurso, tanto para a fase de conhecimento quanto para a fase de cumprimento de sentença, liquidação de sentença, ou execução de título executivo extrajudicial.

Incumbe ao agravante impugnar a decisão do Relator especificadamente, sendo manifestamente insuficiente e inepto copiar as alegações da petição inicial do agravo de instrumento, superadas pela decisão de Relator.

Decisão do Relator reafirmada pela Câmara, com aplicação de multa" (fl. 133e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, sustenta o agravante violação do acórdão recorrido aos seguintes artigos e respectivas teses:

(a) 1.015, parágrafo único, do CPC/2015 - é cabível o Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória proferida na fase de cumprimento de sentença, tendo o acórdão recorrido se equivocado porquanto "além de limitar-se a colacionar os fundamentos da decisão monocrática, alegou que a recorrente não teria impugnado aquela

decisão, fixando de forma equivocada, multa de 5% sobre o valor da causa, alegando ser o recurso inepto e improcedente. Como se não fosse só, em nenhum momento justificou o porquê da ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão monocrática, tampouco apresentou razões fundamentadas da motivação da aplicação da multa, em descumprimento ao artigo 1.021, § 4º do NCPC, limitando-se como dito, a alegar, genericamente, que o recurso seria inepto" (fl. 144e); e

(b) 1.021, § 1º, § 3º e § 4º, do CPC/2015 - a decisão é genérica, "pois ao que parece, EXCELÊNCIAS, de forma antidemocrática, vendo que a tese da recorrente era plausível - mas não admitindo que deveria reconsiderar sua decisão - limitou-se a copiar a decisão monocrática e alegar de forma dissonante que a recorrente não teria impugnado a decisão monocrática! Portanto, a partir de todas estas demonstrações de equívocos cometidos, por fim, passa, no tópico seguinte, a comprovar que a fixação da multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC se mostra totalmente teratológica, genérica e injusta, especialmente porque não foi a recorrente quem agiu de forma errônea, mas a própria câmara julgadora" (fl. 151e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O recurso merece prosperar, em parte.

Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto contra decisão do juiz singular que não conheceu de Embargos Declaratórios opostos pelo recorrente em razão de sua manifesta intempestividade. O Tribunal de origem, em decisão monocrática, não conheceu do Agravo de Instrumento interposto pelos seguintes fundamentos: (a) o recurso ainda que seja tempestivo, não deve ser conhecido, pois o rol previsto no art. 1.015 do CPC/2015 é taxativo a hipóteses específicas; e (b) a suspensão do processo de cumprimento de sentença por força da decretação da falência, não está prevista no rol do art. 1.015 do CPC/2015 (fl. 69e). Interposto Agravo Interno, o recurso não foi conhecido por não terem sido atacados os fundamentos da decisão agravada com a consequente imposição de multa (fl. 133e), dando ensejo à interposição de Recurso Especial, não conhecido na origem por não ter sido recolhida a multa devida (fls. 180/181e), sendo interposto o Agravo em Recurso Especial de fls. 189/194e.

Feita essa breve digressão, verifica-se que os requisitos de admissibilidade do Agravo em Recurso Especial estão preenchidos, passando-se à análise do Recurso Especial.

Inicialmente, quanto à alegada violação do art. 1.015 do CPC/2015, destaca-se o argumento do recorrente de que "o recurso não foi conhecido por um único motivo: ausência de previsão legal para o agravo de instrumento, portanto, o recurso de Agravo Interno deveria combater esse simples motivo. Foi como a recorrente procedeu, de forma clara e objetiva" (fl. 146e).

Ao seu turno, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que

"independente da tempestividade ou não dos embargos de declaração, o recurso não deve ser conhecido. A decisão que determina a suspensão do processo não é agravável de instrumento, conforme dispõe o artigo 1.015 do Código de Processo Civil vigentes, que estabelece hipóteses restritas ao recurso, tanto para a fase de conhecimento quanto para a fase de cumprimento de sentença, liquidação de sentença, ou execução de título executivo extrajudicial" (fl. 69e).

Entretanto, os fundamentos do acórdão não foram impugnados pelo agravante, nas razões do Recurso Especial, que limitou-se a atacar questão diversa, qual seja, o cabimento do Agravo de Instrumento pelo parágrafo único do art. 1.015 do CPC/2015. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"TRIBUTÁRIO - CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - COBRANÇA DE ANUIDADE E DE TAXA DE ANOTAÇÃO DE FUNÇÃO TÉCNICA - FILIAL LOCALIZADA NA MESMA JURISDIÇÃO DA RESPECTIVA MATRIZ - REQUISITOS - MULTA - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO - SÚMULA 283/STF.

(...)

**4. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal. Inteligência da Súmula 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.**

5. Recurso especial conhecido em parte, e, nessa parte, parcialmente provido" (STJ, REsp 1299897/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2013).

No que concerne à violação do parágrafo 1º do art. 1.021 do CPC/2015, é dever do recorrente em sua petição de Agravo Interno impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada e, ao seu turno, ao relator é vedado limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão atacada.

No caso concreto, contra a decisão que negou provimento ao Agravo de Instrumento (fls. 69/70e) a parte recorrente interpôs Agravo Interno (fls. 77/85e) argumentando que "A decisão monocrática, proferida por VOSSA EXCELENCIA, não conheceu do recurso, destacando que, sobre decisão que determina suspensão com base em recuperação judicial não é cabível agravo de instrumento: (...) Contudo, olvida-se que

QUALQUER DECISÃO INTERLOCUTORIA proferida na fase de cumprimento de sentença, conforme previsão do art. 1.015, p. único do NCPC" (fl. 78e) e "OCORRE QUE, ILUSTRES DESEMBARGADORES, a decisão monocrática está totalmente equivocada ao não conhecer o recurso, sob a justificativa de que a decisão que determina a suspensão do processo não é recorrível" (fl. 80e).

O Tribunal fundamentou o não provimento do recurso em razão de não terem sido atacados os fundamentos da decisão agravada, quais sejam: (a) o recurso ainda que seja tempestivo, não deve ser conhecido, pois o rol previsto no art. 1.015 do CPC/2015 é limitado a hipóteses específicas; e (b) a suspensão do processo de cumprimento de sentença por força da decretação da falência, não está prevista no rol do art. 1.015 do CPC/2015, interposto o recurso nas fases de conhecimento, cumprimento de sentença, liquidação de sentença ou execução de título executivo extrajudicial (fl. 69e).

A alegação singela de que a suspensão do processo se enquadra nas hipóteses do 1.015 do CPC/2015 (fl. 69e) não pode ser tida por rebadita, ademais nada foi reafirmado sobre a eventual tempestividade dos embargos declaratórios opostos na origem, tendo ainda a decisão agravada especificado as fases do parágrafo único do dispositivo, incluindo aí a fase de cumprimento de sentença.

Importa considerar que é pacífico o entendimento desta Corte Superior, segundo o qual deve a parte recorrente infirmar todos os fundamentos da decisão contra a qual se insurge, de maneira específica e pormenorizada, não bastando alegações genéricas em sentido contrário às afirmações da decisão impugnada.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. AÇÃO RESCISÓRIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF.

I - Na origem trata-se de ação rescisória de acórdão que julgou embargos a execução fiscal relativa a ICMS. No Tribunal a quo indeferiu-se a petição inicial.

II - No tocante à suposta violação dos art. 1.022 do CPC/2015, não assiste razão ao recorrente.

III - A partir da análise do acórdão recorrido, é possível verificar que o Tribunal de origem adotou fundamentação necessária e suficiente para dirimir a controvérsia que lhe foi devolvida, tendo analisado as questões imprescindíveis ao deslinde do feito.

IV - Quanto à questão supostamente omitida, embora já tratada anteriormente, manifestou-se o Tribunal de origem no sentido de

esclarecer que a apreciação dos pressupostos processuais da ação rescisória foi realizada de acordo com as disposições contidas tanto no Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973), quanto no Novo Código de Processo Civil (CPC/2015). Infere-se o exposto do fragmento da segunda decisão integrativa transcrito a seguir: 'Além de os pressupostos processuais aventados pelo interessado guardarem clara consonância entre o Código de Processo Civil revogado e o vigente (art. 966, incisos IV, V e VIII, do NCPC com correspondência no art. 485, incisos IV, V e IX, do CPC/1973), o art. 14 do Novo Diploma Processual esclarece que a norma processual será aplicável imediatamente aos processos em curso, tendo a decisão hostilizada examinado as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada'.

V - Conclui-se, portanto, que não padece o acórdão recorrido de qualquer mácula capaz de ensejar a oposição de novos embargos de declaração.

VI - Conforme a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não ocorre a violação do art. 1.022 do CPC/2015, quando as questões discutidas nos autos são analisadas, mesmo que implicitamente, ou ainda afastadas de modo fundamentado pela Corte Julgadora, porquanto a mera insatisfação da parte com o conteúdo decisório exarado não autoriza a oposição de embargos de declaração. A referida violação tampouco ocorre quando, suficientemente embasada a decisão embargada de declaração. A Corte Julgadora deixa de apreciar e rebater, individualmente, cada um dos argumentos apresentados pelas partes, uma vez que não está obrigada a proceder dessa forma. Nesse sentido: AgInt no REsp n. 1.642.494/RS, Rel.

Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 4/9/2018, DJe 10/9/2018; REsp n. 1.729.793/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 3/5/2018, DJe 19/11/2018.

VII - No que diz respeito à suposta violação do art. 1.021, § 3º, do CPC/2015, registro que o recurso especial não merece conhecimento.

**VIII - A partir da análise do acórdão recorrido, é possível verificar que o Tribunal de origem amparou a sua decisão, a qual reproduziu o embasamento da decisão monocrática objeto do agravo interno interposto, no fato de que a parte agravante não promoveu a impugnação específica dos fundamentos da decisão unipessoal atacada, ônus que lhe cabia, o que impediu a alteração dos mesmos. Infere-se o exposto do fragmento do voto condutor transcrito a seguir: 'Não se desconhece que o art. 1.021, § 3º, do Novo Código de Processo Civil obsta ao**

**relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão hostilizada. Entretanto, cabe ao agravante, por sua vez, impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, consoante o art. 1.021, § 1º, do citado Diploma. Nesse passo, no presente agravo interno, as razões trazidas pela parte agravante não ensejam qualquer alteração da decisão monocrática, até porque nenhum fato novo foi identificado pelo recorrente'.**

IX - Ademais, extrai-se das razões recursais que o fundamento decisório acima pronunciado, além de suficiente à manutenção do acórdão recorrido, não foi rebatido no recurso especial, o que atrai, por analogia, a incidência dos óbices constantes das Súmulas n. 283 e n. 284.

X - No que tange à suposta violação do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, registro que o recurso especial não merece ser conhecido.

XI - A irresignação do recorrente, em relação à aplicação de multa decorrente da renovação da oposição de embargos declaratórios, vai de encontro às convicções da Corte Julgadora originária que, com lastro no conjunto probatório acostado aos autos, concluiu que os novos embargos de declaração opostos tiveram intuito meramente protelatório.

XII - Nesse diapasão, a revisão do entendimento acima mencionado, por meio da reinterpretação do dispositivo legal federal reputado violado (art. 1.026, § 2º, do CPC/2015), importaria, necessariamente, o revolvimento dos elementos fático-probatórios dos autos; providência vedada no âmbito estreito do recurso especial, em virtude da incidência do óbice constante da Súmula n. 7 do STJ, segundo a qual (in verbis): 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial'.

XIII - No que toca à apontada violação dos arts. 295, 458, III, e 490, I, todos do CPC/1973, registro que o recurso especial tampouco merece conhecimento.

XIV - Depreende-se do art. 105, III, da Constituição Federal, que a competência do Superior Tribunal de Justiça, na via do recurso especial, encontra-se vinculada à interpretação e à uniformização do direito infraconstitucional federal.

XV - Nesse contexto, impõe-se não apenas a indicação precisa dos dispositivos legais federais supostamente contrariados pelo Tribunal de origem, mas também a delimitação da violação da matéria insculpada nos regramentos indicados, para que, assim, seja viabilizado o necessário confronto interpretativo e, conseqüentemente, o

cumprimento da incumbência constitucional revelada com a uniformização do direito infraconstitucional sob exame.

XVI - A partir da análise das razões recursais, é possível observar que o recorrente não logrou indicar, com as adequadas especificidade e precisão, os dispositivos legais federais alegadamente afrontados pelo acórdão recorrido.

XVII - Isso porque, os arts. 295, 458, III, e 490, I, todos do CPC/1973, além de revogados à época da propositura da demanda (25/7/2016), não possuem comando normativo capaz de sustentar a tese recursal, lastreada na eficácia ultra-ativa da legislação processual civil anterior (CPC/1973), nem de infirmar os fundamentos decisórios remissivos à legislação processual civil em vigor (CPC/2015).

XVIII - Por outro lado, o recorrente não amparou o seu inconformismo, quanto à aplicação do direito intertemporal ao caso tela, na violação de nenhum dispositivo normativo infraconstitucional em particular.

XIX - Diante da deficiência do pleito recursal acima retratada, incide sobre a hipótese, por analogia, o óbice constante da Súmula n. 284 do STF.

XX - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt nos EDcl no AREsp 1.290.119/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/08/2019).

No que tange à violação do parágrafo 3º do CPC/2015, importa considerar que o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que se deve interpretar o comando do art. 1.021, § 3º, do CPC/2015 em conjunto com a regra do art. 489, § 1º, IV, do mesmo diploma, de modo que se reputará nula somente a decisão judicial que deixa de "enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador".

Por conseguinte, na hipótese em que a parte insiste na mesma tese, repisando as mesmas alegações já apresentadas em recurso anterior, sem trazer nenhum argumento novo, ou se limite a suscitar fundamentos insuficientes para afastar as razões de decidir já explicitadas pelo julgador, não se verifica nulidade quanto à reprodução, nos fundamentos do acórdão do Agravo Interno, dos mesmos temas já postos na decisão monocrática.

A propósito:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NULIDADE DO ACÓRDÃO. TODOS OS ARGUMENTOS FORAM ANALISADOS DE FORMA CLARA E

FUNDAMENTADA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração poderão ser opostos com a finalidade de eliminar da decisão qualquer erro material, obscuridade, contradição ou suprir omissão sobre ponto acerca do qual se impunha pronunciamento, o que não é o caso dos autos.

2. **Deve-se interpretar o comando do art. 1.021, § 3º, do CPC/2015 em conjunto com a regra do art. 489, § 1º, IV, do mesmo diploma. Na hipótese em que a parte insiste na mesma tese, repisando as mesmas alegações já apresentadas em recurso anterior, sem trazer nenhum argumento novo - ou caso se limite a suscitar fundamentos insuficientes para abalar as razões de decidir já explicitadas pelo julgador - não se vislumbra nulidade quanto à reprodução, nos fundamentos do acórdão do agravo interno, dos mesmos temas já postos na decisão monocrática.**

3. Não identificado o caráter protelatório dos aclaratórios, ou o abuso em sua oposição, não há como acolher o pedido de aplicação da penalidade prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

4. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgInt no AREsp 1.411.214/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/08/2019).

"ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 1.021, § 3º, E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA O SERVIÇO MILITAR. RELAÇÃO DE CAUSA E FEITO ENTRE O ACIDENTE INCAPACITANTE E O SERVIÇO MILITAR. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.

1. Constata-se que não se configura a ofensa ao art. 1.021 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. Claramente se observa que não se trata de omissão, contradição ou obscuridade, tampouco correção de erro material, mas sim de inconformismo direto com o resultado do acórdão, que foi contrário aos interesses do recorrente.

3. Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão não enseja Embargos de Declaração. Esse não é o objetivo dos Aclaratórios, recurso que se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da ausência de análise dos temas trazidos à tutela jurisdicional, no momento processual oportuno, conforme o art.



1.022 do CPC/2015. 4. Outrossim, a diretriz trazida no art.

1.021, § 3º, do CPC/2015 deve ser interpretada em conjunto com a regra do art. 489, § 1º, IV, do mesmo Código, que somente reputa nula a decisão judicial que deixa de "enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador".

**5. Nos termos do julgado proferido pela colenda Corte Especial do STJ, 'a vedação constante do art. 1.021, § 3º, do CPC não pode ser interpretada no sentido de se exigir que o julgador tenha de refazer o texto da decisão agravada com os mesmos fundamentos, mas outras palavras, mesmo não havendo nenhum fundamento novo trazido pela agravante na peça recursal' (EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/06/2016, DJe de 03/08/2016).**

6. Na hipótese dos autos, o Tribunal a quo consignou que está 'demonstrado que o autor, em decorrência das seqüelas do acidente em serviço, se tornou incapaz definitivamente para as atividades militares'.

7. É inviável analisar as teses defendidas no Recurso Especial - insuficiência de prova e inexistência de ato ilícito, dano e nexo causal -, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.

8. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.724.950/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/11/2018).

No que toca à ausência de recolhimento da multa aplicada em razão do disposto no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015, o recurso deve ser conhecido nesse ponto, pois a parte recorrente não recolheu as custas para a interposição do Agravo de Instrumento (fls. 3/16e), não tendo o Tribunal de Justiça apontado qualquer óbice quanto à ausência de benefício de gratuidade judiciária (fls. 69/70e).

Assim, quanto à multa imposta, o Tribunal de origem consignou que: "Diante da manifesta improcedência da pretensão do agravo, e da inépcia da petição recursal, aplica-se multa de 5% do valor da causa, conforme o disposto no artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil vigente" (fl. 136e).

Analisando a violação do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, importa considerar que o Superior Tribunal de Justiça tem firmado compreensão de que a penalidade não é uma decorrência automática do não provimento do Agravo Interno, sendo necessário demonstrar,

por decisão fundamentada, a inadmissibilidade ou improcedência do recurso.

Ademais, o recurso de Agravo Interno manejado na origem, contra decisão singular, com o objetivo de esgotamento de instância, não possui caráter procrastinatório, descabendo a aplicação da multa do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO NA ORIGEM. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO. PREJUÍZO DE EVENTUAL VÍCIO. PROPÓSITO DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE CARÁTER PROTELATÓRIO. MULTA APLICADA. AFASTAMENTO.

1. A Corte de origem, ao negar provimento ao Agravo Interno do ora recorrente, considerou que não foram impugnados especificamente os fundamentos da decisão recorrida. Assim, no que tange à suposta ofensa ao art. 489, II e § 1º, do CPC/2015, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional, nem em vício, haja vista que o acórdão impugnado aplicou tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

2. De igual modo, não há contradição em afastar a negativa de prestação jurisdicional e reconhecer a ausência de prequestionamento quando o Tribunal de origem não decide a matéria à luz dos dispositivos invocados nas razões do Recurso Especial, como ocorreu na espécie.

3. Verifica-se que os arts. 17-G da Lei 6.938/1981 e 173, I, do CTN não foram apreciados no acórdão recorrido, carecendo o ponto do indispensável prequestionamento, o que atrai a incidência, por analogia, do óbice previsto na Súmula 282/STF.

4. No que concerne ao afastamento da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, a pretensão merece acolhida.

**5. O Agravo Interno manejado, na origem, contra decisão monocrática com o propósito de esgotamento de instância não possui caráter procrastinatório, descabendo a aplicação da multa do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.**

6. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido" (STJ, REsp 1.833.718/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/10/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO

INTERNO INTERPOSTO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC. DESCABIMENTO.

**1. O Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento de que a incidência da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do Agravo Interno em votação unânime.**

**2. Compulsando os autos, verifica-se que não se caracterizou o abuso do direito de recorrer, situação que impede o reconhecimento da má-fé processual.**

3. Recurso Especial provido para afastar a multa aplicada na origem" (STJ, REsp 1.724.356/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/05/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. ACÓRDÃO DE ÍNDOLE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. EXCLUSÃO. INADMISSIBILIDADE OU IMPROCEDÊNCIA DO AGRAVO INTERNO MANEJADO NA ORIGEM. NÃO VERIFICAÇÃO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. EXCLUSÃO. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 98/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC, porquanto o acórdão combatido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

2. No tocante ao pleito revisional, o acórdão impugnado apreciou a questão sob o enfoque das Emendas Constitucionais n. 20/1998 e 41/2003, o que impede a análise em recurso especial, a despeito de o agravante ter interposto recurso extraordinário, uma vez que a adoção pela instância ordinária de fundamento eminentemente constitucional na solução da lide inviabiliza o conhecimento do apelo extremo.

3. Com relação à multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, o STJ tem firmado compreensão de que a penalidade não é uma decorrência automática do não provimento do agravo interno, sendo

necessário demonstrar, por decisão fundamentada, a inadmissibilidade ou improcedência do recurso. Precedentes.

4. **No caso em apreço, não se observa a manifesta inadmissibilidade ou improcedência do agravo interno manejado pelo recorrente, pois pretendia demonstrar que a questão de direito tratada no recurso era mais específica do que a decidida em repercussão geral, no julgamento pelo STF do RE 564.354, motivo pelo qual a multa aplicada com base no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015 deve ser afastada.**

5. **Consoante a Súmula 98/STJ, os embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório, razão pela qual deve ser afastada a multa aplicada pelo Tribunal a quo com base no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.**

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido" (STJ, REsp 1.701.026/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/12/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. ACÓRDÃO DE ÍNDOLE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MULTA DO ARTIGO 1.021, §4º, DO CPC/2015. EXCLUSÃO. INADMISSIBILIDADE OU IMPROCEDÊNCIA DO AGRAVO INTERNO INTERPOSTO NA ORIGEM. NÃO VERIFICAÇÃO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. EXCLUSÃO. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 98/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, decidindo, apenas, de forma contrária à pretensão do recorrente, não havendo, portanto, omissão ensejadora de oposição de embargos de declaração, pelo que, deve ser rejeitada a alegação de violação ao artigo 1.022 do CPC/2015.

2. O recorrente afirma que a readequação aos tetos previstos nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, não alcança os benefícios concedidos antes da promulgação da CF/1988, porquanto,

obedecem a critérios de cálculos distintos.

Quanto ao ponto, verifica-se que o acórdão recorrido apreciou a questão sob o enfoque eminentemente constitucional, o que impede a sua análise em sede de recurso especial, a despeito de o recorrente ter interposto recurso extraordinário, vez que a adoção pela instância ordinária de fundamento exclusivamente constitucional na solução da lide, inviabiliza o conhecimento do recurso especial.

3. Com relação à multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, o STJ tem firmado compreensão de que a penalidade não é uma decorrência automática do não provimento do agravo interno, sendo necessário demonstrar, por decisão fundamentada, a inadmissibilidade ou improcedência do recurso. Precedentes.

4. **No caso em apreço, não se observa a manifesta inadmissibilidade ou improcedente do agravo interno interposto pelo recorrente, pois pretendia demonstrar que a questão de direito tratada no recurso era mais específica do que a decidida em sede de repercussão geral, no julgamento pelo STF do RE 564.354, motivo pelo qual a multa aplicada com base no artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015 deve ser afastada.**

5. **A teor da Súmula 98/STJ, os embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório, razão pela qual deve ser afastada a multa aplicada pelo Tribunal a quo com base no artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015.**

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido" (STJ, REsp 1.672.822/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO CONHECIDO APENAS NO CAPÍTULO IMPUGNADO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA APRECIADOS À LUZ DO CPC/73. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. PARADIGMAS QUE EXAMINARAM O MÉRITO DA DEMANDA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE

CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

1. Nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, merece ser conhecido o agravo interno tão somente em relação aos capítulos impugnados da decisão agravada.
2. Não fica caracterizada a divergência jurisprudencial entre acórdão que aplica regra técnica de conhecimento e outro que decide o mérito da controvérsia.
3. **A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não ocorreu na hipótese examinada.**
4. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido" (STJ, AgInt nos EREsp 1.120.356/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 29/08/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, **conheço do Agravo para conhecer parcialmente** do Recurso Especial, e nessa extensão, **dar-lhe parcial provimento** apenas para afastar a multa aplicada.

I.

Brasília-DF, 06 de novembro de 2019.

Ministra ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora